

Capítulo 3

EXTENSÃO RURAL : PASSADO E PRESENTE NO DISCURSO E NA PRÁTICA

Sonia M. P. P. Bergamasco
Doutora em Agronomia

Departamento de Planejamento e Produção Agropecuária/FEAGRI/UNICAMP

A Extensão Rural tem suas raízes nos Estados Unidos da América quando da passagem de uma estrutura agrícola escravista para uma estrutura mercantil e capitalista. Formalizada em 1914 como Serviço Cooperativo de Extensão Rural, tinha por finalidade permitir à população rural americana, ausente dos colégios agrícolas, o acesso a conhecimentos úteis e práticos relacionados à agricultura, pecuária e economia doméstica para a adoção de novos hábitos e atitudes no desenvolvimento de suas atividades produtivas.

Esse modelo foi a base da Extensão Rural implantada no Brasil, e em praticamente toda a América Latina, logo após a Segunda Guerra Mundial.

São inúmeras as definições de Extensão Rural encontradas na bibliografia, mas, fundamentalmente, ela "é concebida como um serviço de assessoramento a agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações, nos campos da tecnologia da produção agropecuária, administração rural, educação alimentar, educação sanitária, educação ecológica, associativismo e ação comunitária" (Figueiredo, 1984). Trata-se de uma atividade efetuada em primeiro plano pelo setor público federal, estadual, e até mesmo municipal, ganhando ênfase nos dias de hoje junto ao setor privado, através de cooperativas de grande porte, de empresas fornecedoras de insumos etc.

Em nível do setor público destaca-se o sistema Embrater/Emater/Aster¹ representado em quase todas as unidades da federação, com exceção de São Paulo, onde a Secretaria de Agricultura e Abastecimento atua através da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati).

Em dezembro de 1983 o sistema Embrater atuava em 25 unidades federativas, trabalhando em "3.166 municípios brasileiros, através de 2.506 escritórios locais, 199 escritórios regionais (assemelhados a microrregionais) e 25 escritórios centrais, sediados, estes últimos nas capitais dos estados, territórios e Distrito Federal. Contava com 21.047 funcionários, dos quais 12.121 eram técnicos e 8.926, administrativos. Seus extensionistas assessoravam 1.113.557 agricultores, 534.626 donas-de-casa do meio rural e 143.883 jovens" (Figueiredo, 1984).

¹ Embrater – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural; Emater – denominação dada às unidades estaduais; Aster – unidades dos territórios. O sistema federativo Embrater foi recentemente desmantelado pelo Plano Brasil Novo do presidente Fernando Collor de Mello (Decreto-Lei nº 8.029 de 12.4.1990). Está sendo destacado neste artigo devido sua importância nos anos precedentes.

A Cati, por sua vez, apresentava em 1982 cerca de 6.723 funcionários sendo que deste total 3.514 eram técnicos, a maioria auxiliares e em segundo plano engenheiros-agrônomo e médicos-veterinários. Atualmente a Cati conta com um quadro de 5.033 funcionários, dos quais 1.046 são profissionais de nível superior (engenheiros agrônomo, médicos-veterinários e zootecnistas), que atuam através de 531 casas de agricultura, localizadas nos municípios, 73 delegacias agrícolas, que congregam as casas de agricultura e 11 Divisões Regionais Agrícolas (Dira) congregando ambas.

É importante ressaltar que a atividade extensionista implica a residência em sedes municipais ou distritais de equipes de técnicos vinculados às ciências agrárias e às ciências sociais. No sistema Embrater essa descentralização dá origem aos chamados escritórios locais e no caso de São Paulo são as casas de agricultura as unidades de atuação local.

UMA BREVE INCURSÃO HISTÓRICA

O sistema Abcar/Embrater

- *Os primeiros tempos*

Nos fins dos anos 40, a assistência à agricultura no Brasil passa por um processo de reformulações, que coloca em evidência uma nova modalidade assistencial — a extensão rural. Nessa época, a hegemonia econômica e política sobre os países latino-americanos já era plenamente exercida pelos Estados Unidos, o que indica que o início da Extensão Rural nesses países tenha raízes profundas na experiência norte-americana.

O capitalismo monopolista americano já havia descoberto desde o final da década de 20 o veio da cooperação técnica na agricultura brasileira. Assim, data de 1928 a criação da binacional Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Viçosa (MG), fundada com o objetivo de realizar o ensino e a experimentação agrônoma e "abolir o empirismo agrícola". As primeiras manifestações extensionistas de que se tem notícia no país devem-se a Viçosa que, logo nos seus primeiros tempos, já se preocupou em divulgar "Circulares de Extensão" e em realizar as chamadas "Semanas dos Fazendeiros" (Luppi, s/d).

Em 1943, a criação da Comissão Brasileira-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios, como órgão destinado ao fomento agrícola reforça essa cooperação. Através dessa comissão foram enviados cerca de 50 técnicos aos Estados Unidos para treinamento sendo que 6 destes se especializaram em Extensão. Por outro lado, cria-se nos Estados Unidos o *Institute of Inter-American Affairs*, em 1938, com a finalidade de coordenar a ajuda econômica americana para o continente.

Em 1939, é criada pela família Rockefeller outra entidade com objetivos idênticos: *International Association for Economic and Social Development* — AIA —, cujo papel é de grande expressão na história da extensão rural no Brasil. A AIA, ao iniciar sua atuação no Brasil, teve dificuldades para o estabelecimento de um programa com o governo do estado de São Paulo, e dirigiu-se a uma prefeitura municipal: a de Santa Rita do Passa Quatro. Tratava-se de um município em decadência, pois, "possuindo 28 milhões de cafeeiros, estes estavam reduzidos a um milhão. O município passava de cafeeiro a produtor de leite. No entanto era preciso racionalizar a produção leiteira e, se possível, restaurar parte das

lavouras de café, e melhorar, de modo geral, as condições de vida dos habitantes rurais. Para isso foram desenvolvidas inúmeras atividades (...) a experiência funcionou com êxito até 1956, quando as partes contratantes deram por atingidos os seus objetivos" (Luppi, s/d).

A idéia da AIA era de estabelecer uma experiência-piloto, a qual posteriormente se estenderia a outras regiões. A literatura registra apenas o caso de São José do Rio Pardo onde, a partir de 1950, a experiência teria sido implantada.

A AIA tentou, em seguida, um acordo com o estado de Minas Gerais e, em vista do bom acolhimento dado pelo governo mineiro de Milton Campos, foi fundada em dezembro de 1948 a *Associação de Crédito e Assistência Rural (Acar)*, cujo objetivo era o da "melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural". Entidade civil, sem fins lucrativos, a Acar deveria estender progressivamente seus serviços a todo o Estado. A AIA participava com 50% do aporte financeiro e fornecia técnicos americanos para o início das experiências. Cabe ressaltar que os Serviços Estaduais de Extensão Americanos, definidos por lei (Lei Smith-Lever de 1914), tinham como principais características e objetivos: a) difundir entre os agricultores informações úteis e práticas sobre agricultura e economia doméstica; b) priorizar aqueles que não pudessem freqüentar aulas regulares em colégio; c) orientação para que os agentes de extensão residissem no município em que estivessem desenvolvendo seu trabalho; d) desenvolver trabalho, oficialmente, com economia doméstica e clubes 4-H (Head, Heart, Hand, Health). Esses mesmos princípios foram assimilados pela Acar, sendo um dos exemplos marcantes a experiência dos Clubes Juvenis Rurais estruturados no Brasil com objetivos idênticos, dentro do mesmo símbolo — o trevo de quatro folhas — denominados clubes 4-S (Saúde, Servir, Sentir, Saber).

A base principal do trabalho da Acar-MG, desde o início, foi o crédito rural supervisionado (CRS). Para isto participava como entidade financiadora a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, pois esta contava com ampla rede de agências no interior.

A atividade extensionista tinha dois pólos de atuação: por um lado, sua ação era dirigida ao estabelecimento agrícola, tanto em termos de modificações nas atividades agropecuárias como em nível da família; por outro lado, a ação do técnico voltava-se aos problemas da comunidade como um todo. O público assistido era preferencialmente constituído por pequenos produtores rurais policultores; as atividades e as regiões onde se situavam apresentavam ainda pequeno grau de desenvolvimento das forças produtivas. A tecnologia agropecuária recomendada pela Acar era essencialmente de caráter biológico ou físico — do tipo semente melhorada, plantio adequado, curva de nível, espaçamento correto, adubação orgânica etc. Em nível da família as práticas recomendadas diziam respeito à habitação, educação formal, vestuário, saúde e alimentação. Esse conjunto de recomendações, embora de custo monetário relativamente baixo, resultaria sem dúvida alguma em uma "abertura" da unidade familiar ao mercado (Figueiredo, 1980).

A partir de 1950 ganham relevo junto à Acar-MG as atividades em nível de comunidade. Este trabalho apoiava-se nas "lideranças formais" tendo como metodologia de atuação as técnicas de Desenvolvimento de Comunidade. Essa metodologia limitava "os indivíduos" e "as famílias" aos pequenos e aparentes problemas de suas localidades, sem que os aspectos estruturais e as relações sociais fossem questionados.

No período 1954-56, com o apoio da AIA e do ETA² surgem entidades similares à Acar-MG. Nos estados do Nordeste, Espírito Santo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. A difusão de entidades similares à primeira Acar iria ocorrer primeiramente nos estados do Nordeste, com a criação da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (Ancar). Em 1955, no Rio Grande do Sul, é criada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) que apresentava algumas características próprias como, por exemplo, o fato de ter entre seus fundadores organizações privadas e de ter conseguido apoio financeiro das prefeituras onde se localizavam seus escritórios. Em 1956 foi firmado entre o ETA e os governos do Paraná e de Santa Catarina um acordo para realização de um projeto de Extensão Rural. Esses acordos, respectivamente ETA – Projetos 15 e 17, transformaram-se mais tarde em Associação de Crédito e Assistência Rural do estado do Paraná (Acarpa-1959) e Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (Acaresc-1957).

Com o aumento do número das associações estaduais que tinham os mesmos princípios e objetivos de atuação, a idéia de uniformização e coordenação do sistema toma corpo. Inúmeras justificativas surgiram, dentre elas, "o perigo de que, por falta de um órgão coordenador ou de apoio financeiro, algumas das associações fundadas se afastassem gradualmente dos princípios e filosofia que devem reger o trabalho de extensão..."(Luppi s/d).

• *Centralizar para desenvolver: a criação da Abcar*

A partir dessas avaliações e por decisão do presidente Juscelino Kubitschek, é então criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR) que teve como entidades fundadoras a Confederação Rural Brasileira, o ETA, a AIA, as associações anteriormente criadas – Acar, Ancar e Ascar e as instituições de apoio financeiro que se compunham do Banco do Brasil, Banco do Nordeste Brasileiro e Banco Nacional de Crédito Cooperativo. Participaram ainda o Serviço Social Rural, os Ministérios da Agricultura, Educação e Cultura, da Saúde, o IBC, a Usaid - Brasil, a Sudene, o Inda e o Ibra.

O período que se inicia com a constituição do sistema Abcar em 1956 é marcado por uma conjuntura desenvolvimentista. Ganham terreno, na época, as idéias do desenvolvimento nacional. Acompanham essas idéias uma forte preocupação com o "aumento da produção e da produtividade agropecuária". Os princípios extensionistas pautados em uma filosofia humanista de ação, embora mantidos em nível dos discursos, na prática perdem espaço para uma ação que cause impacto mais a curto prazo. A modernização da agricultura passa a ser a questão vital para os programas governamentais.

É importante ressaltar que a distinção entre as linhas humanista e produtivista situa-se apenas no plano do discurso institucional, uma vez que, no conjunto da prática e das fases pelas quais a Extensão Rural passou no país, manteve-se seu caráter essencial: difundir tecnologia moderna e viabilizar a presença e acumulação do capital no setor primário.

2 ETA – Escritório de Agricultura Brasil-Estados Unidos, criado no quadro de cooperação americana visando a projetos nos ramos de educação, pesquisa, conservação de recursos naturais, produção agrícola e pecuária, economia doméstica e extensão rural.

Nesse período o Crédito Rural Supervisionado (CRS) perde aceleradamente espaço para o Crédito Rural Orientado (CRO), no qual são deixadas de lado aplicações consideradas não diretamente econômicas. O golpe de 1964, que tem como meta a implantação de uma opção autoritária, conservadora e modernizadora para a economia, traz em seu bojo um projeto de reforma agrária priorizando a preocupação de conter conflitos e tensões sociais no campo, sob a qual se insere o fortalecimento da empresa capitalista. Esse projeto se configurou no Estatuto da Terra, onde a caracterização de "empresa rural" até então inexistente vem apontar a agricultura como um setor a ser modernizado. Dessa forma, a Extensão Rural no Brasil será marcada pela procura de resultados positivos por parte do setor primário, qual seja, a garantia do lucro e a viabilização do processo de acumulação de capital.

No período 1968/74, conhecido como do "milagre brasileiro", são institucionalizados o Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Siber) e o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) que deverão atuar com maior frequência em áreas de pequenos e médios produtores a fim de colocá-los em perfeita ligação com o mercado: de um lado, o mercado de insumos modernos, e de outro com uma produção crescente de excedente comercializável.

Em síntese, o sistema Abcar concentrou sua ação na esfera dos produtos e produtores mais privilegiados, não abandonando, no entanto, as áreas e produtores de menor potencial econômico. Ao mesmo tempo em que servia ao padrão de acumulação vigente, redinamizava seus programas com grupos de população rural dentro da tentativa abstratamente humanista apregoada a partir do modelo econômico do governo Costa e Silva. Os clubes 4-S tiveram aí sua fase áurea, o cooperativismo foi incentivado por todos os meios, os programas de colonização marcaram presença e a capitalização da agricultura, via crédito rural, foi a tônica fundamental.

Em termos estruturais, a Abcar apresentava em novembro de 1974 três centros de treinamento altamente equipados, expandindo-se os serviços de extensão rural a todo o território brasileiro. Suas filiadas, em número de 24, abrangiam quase todas as unidades da federação (exceção feita ao estado de São Paulo que, como será visto, apresenta uma estrutura própria) com 1.485 escritórios locais, 4.724 técnicos, entre os quais 2.543 de nível superior e 1.222 de nível médio. Sua ação abrangia 2.428 municípios brasileiros (Luppi, s/d).

• *Produzir e humanizar: repete-se o discurso e muda-se a estrutura*

É com essa estrutura que a Abcar é absorvida pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), criada através da Lei nº 6.126 de 6 de novembro de 1974. Em sua ação programática pode-se detectar que a Embrater apresenta explicitamente o trabalho conjugado das linhas produtivista e humanista. Assim, por um lado define como seu objetivo central a difusão de tecnologia — "transferência de tecnologia agropecuária e gerencial" — e, por outro, "a promoção de produtores rurais de baixa renda". No primeiro plano, a ação deverá se voltar mais para os estratos de média e alta rendas, com "ênfase às técnicas orientadas especialmente ao aumento da produtividade econômica, objetivando maior eficiência microeconômica no uso dos recursos. Essa linha, no processo de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial, junto aos produtores de média e alta rendas, coloca-se claramente dentro do esforço geral de se obter aumentos de produtividade e produção da agricultura" (Embrater, 1976).

É no percorrer desses objetivos que o trabalho extensionista se desenvolve, em vinculação estreita aos sistemas de crédito rural e de pesquisa agropecuária, resultando na criação e aplicação dos "pacotes tecnológicos" ou "sistemas de produção". Esses sistemas propõem a adoção de todo um conjunto de medidas relacionadas ao plantio e ao cultivo com quantidades de insumos predefinidos, sem os quais a produção deixaria de ser garantida. Ao uso adequado destas medidas corresponderia a concessão de créditos específicos.

No plano da "promoção de produtores de baixa renda", os projetos "definem-se pelo caráter integrador das ações orientadas à organização desses produtores, ao incremento da produção agropecuária e ao aperfeiçoamento do processo de comercialização em nível dos produtores" (Embrater, 1976). A ação, nesse caso, também se pauta no incentivo ao uso do crédito, na adoção de "pacotes tecnológicos simplificados" e na venda de seus excedentes de produção à Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal) ou às cooperativas afins.

Dentro dessa filosofia de trabalho a Embrater atinge a década de 80 impondo-se cada vez mais como uma rede de empresas públicas que são representadas, nos estados pelas Ematers e nos territórios pelas Asters — Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O conjunto resultante da integração da Embrater com organismos de objetivos afins, de âmbitos regional, estadual e local, público ou privado (este através de credenciamento), constitui o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater).

Em 1980, o Sibrater era integrado por : 22 Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), 3 Asters localizadas nos territórios e 913 escritórios privados de Assistência Técnica. Ao todo, somam-se 10.428 técnicos no esquema oficial e mais cerca de 7.000 nos escritórios privados credenciados.

Com toda essa estrutura, dados do Sibrater demonstram que em 1979 o sistema atendia apenas 16% do total de produtores rurais. Este fato vem demonstrar um certo elitismo por parte do sistema, ainda mais quando se agrega a esta a informação de que menos de 15% do crédito rural era recebido pelos pequenos produtores.

O sistema Cati/SAA: a especialidade do estado de São Paulo

A assistência técnica à agricultura no estado de São Paulo apresenta características específicas desde suas primeiras atividades, que remontam ao final do século passado, com a criação, em 1891, da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

Essas especificidades, que de certa forma se contrapõem ao Sibrater que, enquanto tal, tem origem bem mais recente, no final da década de 40, não se restringem, apenas, a diferenças na sua estrutura e organização institucionais. Cabe evidenciar nesse sentido, a influência exercida sobre os serviços de Assistência Técnica a partir do próprio contexto do desenvolvimento da agricultura paulista — no qual se destaca, entre outros fatores, a intensidade do processo de industrialização nesse Estado, a partir de 1930.

Enquanto o sistema Abcar foi criado sob a égide do que se poderia chamar de filosofia extensionista — cujos programas propagandeavam, diretamente, a promoção do homem rural —, os primeiros serviços de Assistência Técnica no Estado de São Paulo eram regidos pela preocupação com o fomento agrícola e com a defesa das culturas ante as pragas que as danificavam. Era importante produzir, pois o objetivo primordial do Estado residiria, justamente, na produção, no aumento da oferta de produtos, principalmente para o mercado externo.

A Lei nº 678, regulamentada em março de 1900, organizava o Serviço Agrônômico do Estado e autorizava o governo a criar distritos agrônômicos, em número não excedente a oito. Cada distrito contava com um inspetor agrícola e um ajudante. O trabalho dos inspetores respaldava-se nas comissões municipais de agricultura, formadas por lavradores.

A conjuntura da época era marcada em termos econômicos, políticos e sociais pela hegemonia dos grandes proprietários fundiários. A massa de trabalhadores — formada por ex-escravos e colonos, principalmente italianos, e os segmentos da pequena produção — situava-se em condições de marginalização e dominação. Nessas condições, portanto, a orientação à lavoura dirigia-se a um público restrito.

Essas observações vêm acentuar o caráter distorcido que marcou desde o início o conteúdo da assistência técnica à agricultura: os métodos de puro fomento, visando à produção de alimentos e matérias-primas para as cidades e o enriquecimento dos proprietários fundiários. Na realidade tratava-se de empreender todo um esforço institucional no sentido de intensificar as relações de produção capitalistas no meio rural.

Em 1911, a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas sofre importante processo de reorganização. É criada, nessa época, entre outras a Diretoria da Agricultura, composta fundamentalmente de dois setores: Serviço de Inspeção e Defesa Agrícola (Sida) e Serviço de Distribuição de Sementes (SDS).

A Diretoria da Agricultura, ampliada para Diretoria da Agricultura e Indústria Pastoril, a partir de 1914 passa por um novo processo de dinamização através da criação do ensino itinerante. Este era levado por técnicos que faziam excursões em "carros-escola" ligados a composições em todas as estradas de ferro do Estado. O trabalho consistia no atendimento a consultas, na promoção de demonstrações práticas, visitas às propriedades rurais, realização de reuniões e conferências, instalação de campos de demonstração (que seriam visitados em viagens posteriores) e distribuição de publicações técnicas. Esses "carros-escola" eram dotados de mostruários — compostos de modelos, estampas de máquinas e instrumentos agrícolas, coleção de sementes, publicações e sementes para serem distribuídas, biblioteca, laboratório — contendo, dentre outros, utensílios para enxertia, registros estatísticos das produções do Estado e equipamentos para demonstração de práticas agrícolas. O ensino agrícola itinerante foi suspenso temporariamente por volta de 1922.

A Diretoria da Agricultura, após ser novamente separada da Diretoria de Indústria Pastoril, é transformada, em 1927, em Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola (Difa). A Difa através de suas oito seções técnicas desenvolvia inúmeras funções, todas elas marcadas por um eixo fomentista, principalmente no que diz respeito à produção cafeeira

— o que teria resultado no aumento da participação relativa do Estado no desenvolvimento econômico do país.

Com a crise de 1929, que resultou em drástica redução das exportações do café — e, conseqüentemente, em diminuição das importações —, tende a surgir como alternativa para o setor primário, e para a economia, a necessidade de diversificar a produção agrícola. É nesse sentido, pois, que o algodão vai se destacando paulatinamente como a cultura mais dinâmica do estado de São Paulo. Assim também, os órgãos de Assistência Técnica, perfeitamente entrosados com a pesquisa, passaram a dar maior ênfase à produção algodoeira, atuando desde a fase da pesquisa genética até a difusão, produção e classificação do produto. Foi também nesse período que se iniciaram os primeiros trabalhos, em maior escala, com laranja, cana-de-açúcar, milho, hortaliças, fruticultura etc.

Em 1935 verifica-se novo processo de modificação institucional nos órgãos de Assistência Técnica de São Paulo: a Diretoria de Inspeção e Fomento Agrícola é extinta, sendo então criado o Departamento de Fomento da Produção Vegetal (DFPV) — em cuja organização se destaca a maior diversificação em suas seções técnicas sendo a primeira delas a Seção de Algodão.

O Departamento de Fomento da Produção Vegetal sofre, a partir de 1942, nova reformulação resultante da fusão desta instituição com o Instituto Agrônômico. Essa fusão deu origem ao Departamento da Produção Vegetal (PDV), que passou a congregiar as funções de pesquisa e experimentação, fomento e fiscalização. A função de fomento agrícola estaria ligada diretamente à Divisão de Fomento Agrícola (DFA).

A estrutura do DFA baseia-se nas Seções Fitotécnicas do DFPV, bem como nos serviços relacionados a exames e produção de sementes. Assim também a seção de Clubes Agrícolas e de Economia Doméstica tem origem no Departamento de Clubes de Trabalho, criado em 1936; a seção de Regiões Agrícolas, por sua vez, "parece ter sido inspirada na sede de distritos agrônômicos, pois que o Estado passaria em 1942 a ser dividido em regiões agrícolas" (Mattos, 1963).

As casas da lavoura, criadas nessa estrutura, constituiriam a base de todo o trabalho de assistência direta aos agricultores.

O Departamento da Produção Vegetal persiste até 1968, quando a secretaria sofre intensa reforma tanto em nível de sua estrutura como de sua filosofia. Antes porém detectam-se algumas pequenas e importantes mudanças: em 1949 a subdivisão de engenharia rural desaparece de seu quadro, sendo incorporado ao recém-criado Departamento de Engenharia e Mecânica da Agricultura (Dema)³ a fim de atender a necessidades da agricultura em termos de mecânica, irrigação e drenagem e combate à erosão; em 1958 é criada a Divisão de Assistência Técnica Especializada (Date) que tinha como função básica a orientação técnica especializada aos profissionais ligados à rede assistencial, e em 1960, registra-se a criação do Centro de Treinamento de Campinas

3 A criação do Dema, embora datada de 1947, só se efetivou a partir de 1950.

(Cetrec) com o fim específico de treinar pessoal para uma ação mais definida. Dentro da Date foram criados os setores de informação no que se refere à comunicação rural e ao planejamento dos programas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O trabalho desenvolvido por todos esses órgãos tinha como alvo o desenvolvimento da agricultura através de uma ação direta junto aos produtores. Essa ação, como já foi mencionado, tinha por base a Casa da Lavoura. Daí que se registra no período 1943/62 um crescimento vertiginoso de casas de lavoura, nos municípios paulistas, respectivamente de 90 para 371. Nesse período a ênfase do trabalho recaía, principalmente, sobre o café e o algodão. Inúmeras atividades eram desenvolvidas, dentre elas: distribuição de sementes e mudas, fomento das diversas culturas; combate à erosão, através de campanhas educativas; seguro contra granizo; clubes agrícolas e economia doméstica.

A reforma da Secretaria da Agricultura, em 1968, centraliza os diversos departamentos e divisões a ela ligados em três coordenadorias e duas empresas de economia mista: a Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais do Estado de São Paulo (Ceagesp) e a Companhia Agrícola Imobiliária e de Colonização (Caic). A criação das três coordenadorias: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), Coordenadoria de Pesquisa Agropecuária (CPA) e a Coordenadoria da Pesquisa de Recursos Naturais (CPRN) possibilitaria melhor centralização e maior integração entre os diversos setores. Enquanto a Cati teria a função básica de assistência técnica, as outras coordenadorias estariam voltadas às atividades de pesquisa.

A rede de assistência da Cati passa a ser constituída por 9 Diras (Divisões Regionais Agrícolas); 45 sub-regiões e 573⁴ casas de agricultura. Já em 1976, eram 10 as Divisões Regionais Agrícolas onde se ligavam 54 delegacias regionais que supervisionavam o trabalho de 430 casas de agricultura.

A Cati estruturalmente sofre poucas alterações no decorrer do tempo. Em 1981 registra-se uma pequena reformulação em sua estrutura, resultando, fundamentalmente, na separação entre três áreas de atuação: a) Extensão Rural; b) Defesa Agropecuária e Fiscalização e c) Sementes, Mudas e Matrizes.

A Extensão Rural passou a ser definida, a partir daí, como uma ação desenvolvimentista onde o fundamento seria a intervenção programada com base num perfeito conhecimento da realidade social e econômica da comunidade. Estruturalmente, foi criado o Departamento de Extensão Rural (Dextru) que passou a ser responsável por esta área.

O REPENSAR DE UMA NOVA PRÁTICA

Mostrou-se até agora a mudança institucional dos órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e no Estado de São Paulo com o intuito não apenas de descrevê-los

4 Este número indica as Casas de Agricultura criadas. No entanto grande parte delas não entrou em funcionamento de maneira imediata.

mas, e principalmente, com a idéia de que essas transformações expressam mudanças no contexto social global.

Entretanto, inúmeras análises⁵ sobre o papel que a extensão rural desempenhou durante sua existência demonstram que esses serviços caminharam par e passo colaborando com o processo de modernização da agricultura brasileira, através de seu principal instrumento, o crédito rural. Desse modo, ela foi co-responsável pela reprodução de um modelo de desenvolvimento excludente e autoritário, onde a grande massa de população rural foi excluída. Se por um lado coube à extensão rural no Brasil o mérito de colaborar no aumento da produção e da produtividade de alguns produtos, por outro, ela não foi capaz de melhorar os níveis de vida das famílias rurais, como está explicitado em todos os seus programas. Ela reafirmou tão-somente o caráter seletivo e conservador dessa modernização. O público preferencial, ainda que não fosse determinado dessa forma em nível do discurso, terminou por ser sempre o proprietário de terras que trabalha com uma agricultura intimamente vinculada aos principais produtos comerciais. Partiu-se sempre da base econômica já existente para sua ampliação. A contraposição entre essa definição prática de atuação e as determinações presentes na estrutura agrária do país — padrão de concentração que se mantém, com poucas modificações, nos estados e regiões — indica de imediato que foram deixados à margem da atenção extensionista grande parte dos produtores rurais, vinculados às menores propriedades, às formas de arrendamento e parceria, à posse efetiva, além de grande número de trabalhadores assalariados.

Isso porque a extensão rural brasileira transmitiu em seu ideário a neutralidade política, religiosa e, principalmente, da ciência e da tecnologia. A ideologia extensionista "não contempla a diversidade e os antagonismos de classes sociais, os conflitos e tensões entre classes e frações de classes, as relações de dominação, as alianças, os blocos, as hegemonias. O estado seria descomprometido com interesses classistas sendo o guardião do bem comum" (Figueiredo, 1984).

Na oportunidade deste livro, onde se discutem as diferentes funções de um profissional em Engenharia Agrícola, essas reflexões levam-nos a questionar "qual deveria ser o verdadeiro papel deste profissional no desempenho de uma atividade extensionista?".

Partindo-se da definição básica anteriormente apresentada caberá aos profissionais de ciências agrárias, no caso específico ao engenheiro agrícola, assessorar os agricultores, suas famílias, seus grupos e organizações nos campos da tecnologia da produção agropecuária, da administração rural, da educação alimentar, sanitária e ecológica, do associativismo e da ação comunitária. Mas de que forma? Engajados em alguma instituição pública ou privada. Por exemplo, no primeiro caso, junto à rede assistencial da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, que embora não contemple até o momento este profissional em seus concursos, acredita-se ser apenas uma questão de tempo e de empenho nesta reivindicação. É importante ressaltar que essa restrição não atinge, por exemplo, o Departamento de Assuntos Fundiários, desta mesma secretaria, que executa atividades extensionistas junto aos assentamentos de trabalhadores rurais. Embora a

5 Ver Szmrecsanyi & Queda, 1973; Reydon (red.), 1981; Figueiredo, 1980 e 1984; Bergamasco, 1983; Fonseca, 1985 e Queda, 1987.

entidade em nível federal, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) tenha sido extinta, os serviços de extensão rural continuam em nível dos estados da Federação. Também inúmeras outras Secretarias de Estado da Agricultura e prefeituras municipais vêm absorvendo profissionais desta área em seus quadros, para atividades extensionistas. No setor privado destacam-se as entidades associativas dos agricultores (associações de produtores, cooperativas, sindicatos etc.) que vêm ampliando o mercado de trabalho.

Em instituição pública ou privada, em nível federal, estadual ou municipal o engajamento do técnico deverá dar-se de forma concreta, absoluta e consciente. Refutando então o que o ideário extensionista pregou até hoje, trata-se de entender que a ação no campo tecnológico, tão-somente, seria incapaz de transformar as relações sociais de produção. Retomando a idéia de Figueiredo (1984), é importante compreender a ciência e a tecnologia como algo gerado dentro de um modelo de desenvolvimento onde se privilegia uma minoria. A análise e a discussão dos conhecimentos gerados pela tecnologia pelos verdadeiros interessados dar-lhe-ão condições de se mobilizarem, se organizarem e se conscientizarem em torno de suas necessidades concretas. Por outro lado, é importante a consciência pelo técnico de que sua área de ação não é um todo homogêneo e sim pautada por condições multiclassistas, com interesses diferentes, onde a correlação de forças entre os agentes sociais aí presentes é fortemente desigual, e onde o Estado atua e participa junto aos mais privilegiados. Reverter este quadro exige um trabalho árduo de exercício da cidadania que nada mais é do que o reconhecimento do seu compromisso social com a grande maioria da população, na luta por melhor distribuição de renda, eliminação da miséria no campo, respeito à ecologia, e outras mais.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BERGAMASCO, S. M. P. P. Agricultura e assistência técnica no estado de São Paulo. Botucatu. Faculdade de Ciências Agrônomicas/Unesp, 1983, 249 pp., (teses de livre-docência).
- EMBRATER. Marco de referência para planejamento do Sibrater (período programático 1977/79). Brasília, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), 1976.
- FIGUEIREDO, R. P. Extensão Rural. Extensão do Capitalismo? - Análise do Sistema Abcar/Embrater (1948/1979), Campinas, 1980, (projeto de tese).
- FIGUEIREDO, R. P. Extensão rural no Brasil: novos tempos. Rev. Bras. de Tecnol., Brasília, 15(4):19-25, jul./ago., 1984.
- FONSECA, M. T. L. A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital. São Paulo, Loyola, 1985.
- LUPPI, P. História da assistência técnica e extensão rural no Brasil. Goiânia, Universidade Federal de Goiás, s.d. (mimeo)
- MATTOS, M. B. Histórico da Divisão de Fomento Agrícola. Campinas, Departamento de Produção Vegetal, 1963, (mimeo).

- QUEDA, O. A extensão rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola. Piracicaba, Esalq/USP, 1987, (tese de livre-docência).
- REYDON, B. P. (red.) Assistência técnica oficial à agricultura paulista. Campinas, IFCH/UNICAMP, ago., 1981, (texto para discussão, 6).
- SZMRECSANYI, T. & QUEDA, O. Vida rural e mudança social. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1973, 233 pp.